

Trajetórias ocupacionais dos trabalhadores da indústria de transformação do RS: algumas considerações a partir da RAIS MIGRA

*Sheila S. Wagner Sternberg**

O setor industrial foi o mais afetado pelas profundas transformações que se processaram na economia brasileira, na década de 90. A abertura comercial, associada à valorização cambial, levou a indústria nacional a vivenciar um acirramento da competição interna e da externa. Motivadas pela busca de melhores condições de competitividade, as empresas passaram por um processo de reestruturação produtiva, marcado pela introdução de novas tecnologias e de novas formas de gestão da produção.

A forte retração do emprego industrial foi a conseqüência mais palpável desse processo de reestruturação. Entretanto é preciso considerar que as inovações introduzidas tiveram também importantes impactos sobre o perfil de qualificação da mão-de-obra industrial, exigindo novas competências e habilidades e apontando para uma maior seletividade no mercado de trabalho.

Entender o quê faz com que alguns trabalhadores consigam manter seus empregos ou retornar ao mercado formal após uma demissão, enquanto outros, ao serem demitidos, não voltam a obter novo vínculo formal, parece ser um tema que não deve ser omitido nas pesquisas sobre o mercado de trabalho.

O Núcleo de Estudos do Trabalho (NET), que tem desenvolvido diversos estudos¹ sobre o mercado de trabalho gaúcho, recentemente iniciou a utilização da RAIS MIGRA², que, por sua organização longitudinal, permite a realização de

* Engenheira Química, Técnica do Núcleo de Estudos do Trabalho da FEE (FEE/NET).

A autora agradece a Maria Isabel H. da Jornada, Guilherme G. de F. Xavier Sobrinho, Raul L. Bastos, Ilaine Zimmermann e Walter Pichler, colegas do NET, pela discussão e pelas sugestões à versão preliminar deste texto.

¹ Dentre os estudos mais recentes, destacam-se Xavier Sobrinho *et al* (2000); Bastos (2000); Sternberg, Xavier Sobrinho e Jornada (2000); Xavier Sobrinho, Sternberg e Jornada (2000); e Bastos (2001).

² A respeito da base RAIS MIGRA, ver Sternberg (2001).

estudos de trajetórias ocupacionais e de mobilidade e reinserção profissional. O presente artigo, que utiliza a RAIS MIGRA como fonte dos dados, procura, através do acompanhamento da trajetória de indivíduos que, em algum momento do ano de 1994, tiveram vínculo formal de trabalho na indústria de transformação do RS, identificar quais atributos contribuem para a sua permanência no mercado formal de trabalho, ou para a sua reinserção, no caso de desligamento. A versão da base disponibilizada para a FEE contempla o período 1994-98, ao qual, evidentemente, restringe-se a análise empreendida.

Ainda que reconhecendo o enorme potencial dessa base de dados, é preciso chamar atenção para a existência de possíveis imprecisões, que decorrem, fundamentalmente, da utilização de registros administrativos, cujas informações, conforme alerta o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), não sofrem nenhuma espécie de conferência, o que pode gerar erros provenientes de declarações mal preenchidas. A organização longitudinal, típica dessa base, por unificar informações de diferentes anos, com níveis diferentes de qualidade e cobertura de declaração, potencializa os problemas decorrentes da utilização de registros administrativos.

O texto apresenta-se com três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, fazem-se comentários a respeito dos vínculos formais registrados na indústria de transformação do RS em 1994, considerando-se também as características dos trabalhadores com vínculo nesse ano, tendo como referência a sua situação ao final do mesmo ano. Na seção seguinte, considerando-se os vínculos ativos em 31.12.94, procura-se traçar um paralelo entre as características dos trabalhadores que se mantiveram no mercado formal até o final de 1998, isto é, com vínculo ativo ao final de cada ano do período estudado, e as daqueles que, estando em atividade ao final de 1994, foram desligados em algum momento, entre os anos de 1995 e 1998. Na terceira seção, acompanham-se os trabalhadores que tiveram vínculo em 1994 e não se encontravam mais em atividade em dezembro daquele ano, verificando, nesse caso, suas possibilidades de retorno ao mercado formal e até que ponto seus atributos influenciaram na sua trajetória. Nas considerações finais, resgatam-se os principais pontos abordados na análise.

1 - Os vínculos formais na indústria de transformação do RS em 1994 e sua situação ao final do ano

A indústria de transformação foi o setor que deteve o maior número de vínculos formais de trabalho no Rio Grande do Sul, no ano de 1994. De um total

de cerca de dois milhões de vínculos registrados em 1994, no Estado, aproximadamente um terço (693 mil) estava concentrado nesse setor.³

Ao final do ano, dos cerca de 693 mil vínculos formais registrados na indústria de transformação do Rio Grande do Sul, em torno 514 mil (aproximadamente 74% do total de vínculos) continuavam ativos, enquanto os demais, perto de 179 mil (em torno de 26% do total de vínculos), haviam sido desfeitos.⁴ A proporção de vínculos ativos e inativos em 31.12.94 registrada nesse setor diferia daquela do agregado estadual, que atingiu percentuais da ordem de 78% e 22% respectivamente.⁵ O maior percentual de vínculos não ativos na indústria de transformação, comparativamente ao agregado estadual, é indicativo da maior retração de postos de trabalho experimentada pelo setor,⁶ que foi responsável por cerca de 36% do total de vínculos inativos no Estado, em 1994. Vale destacar que, também entre os vínculos ativos em 31 de dezembro do mesmo ano, a indústria de transformação tinha a maior participação entre todos os setores, respondendo por cerca de 29% do total de trabalhadores que se encontravam empregados naquela data.

Procurando verificar até que ponto as características dos trabalhadores influem sobre sua permanência ou não no mercado formal, fazem-se, a seguir, breves comentários a respeito do sexo, da escolaridade, da faixa etária média, do rendimento médio⁷ e do tempo médio de serviço para o total de trabalhadores com vínculo na indústria de transformação do RS, em 1994, para os que se mantiveram em atividade e para os que foram desligados ao final daquele ano (Tabela 1).

³ Os demais setores tinham, em 1994, participações menos expressivas do que a indústria de transformação em relação ao total de vínculos no Rio Grande do Sul, destacando-se, dentre eles, serviços (23,26%), comércio (16,75%) e administração pública (15,18%), enquanto os demais não atingiam sequer 5% dos vínculos formais no Estado (Sternberg, 2001).

⁴ Entre os vínculos inativos encontram-se tanto aqueles trabalhadores que foram demitidos como os que deixaram de ter vínculo por razões como aposentadoria, falecimento, transferência, dentre outros. Entretanto, considerando-se que na indústria de transformação as demissões são responsáveis por mais de 90% do total de vínculos inativos, tratar-se-á, daqui em diante, genericamente, esse conjunto de trabalhadores como desligados.

⁵ A respeito da distribuição de vínculos ativos e inativos em 31.12.94, por setores de atividade e para o total do Rio Grande do Sul, ver Sternberg (2001).

⁶ Diversos estudos elaborados pelo NET apontam a forte retração do emprego industrial no RS, na década de 90. Dentre esses, citam-se: Xavier Sobrinho *et al* (2000); Sternberg, Xavier Sobrinho e Jornada (2000); e Bastos (2000).

⁷ Chama-se atenção para o fato de que o valor do rendimento médio dos trabalhadores é, em larga medida, influenciado pela escolaridade, sexo, tempo de serviço e faixa etária dos trabalhadores. Entretanto não é propósito desta análise estabelecer relações entre variáveis, mas apenas verificar o seu comportamento nos diversos grupos abordados, e, por isso, apresentam-se os dados de rendimento médio dissociados daquelas variáveis que podem ter influência no seu comportamento.

Tabela 1

Características dos trabalhadores com vínculo formal na indústria de transformação do RS em 1994 de acordo com a situação em 31 de dezembro

CARACTERÍSTICAS	VÍNCULO ATIVO EM 31 DE DEZEMBRO	VÍNCULO INATIVO EM 31 DE DEZEMBRO	TOTAL DOS VÍNCULOS
Número	513 668	179 364	693 032
Participação percentual de homens	66,80	59,64	64,95
Participação percentual de mulheres	33,20	40,36	35,05
Número médio de anos de estudo ...	6,56	5,86	6,38
Idade média (anos)	31,31	29,81	30,92
Tempo médio de serviço (meses)	41,13	20,70	35,84
Remuneração média anual (número de salários mínimos)	4,37	3,94	4,26

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RAIS MIGRA Rio Grande do Sul (1994-98). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego.

A participação masculina é preponderante na indústria de transformação, correspondendo a cerca de 65% do total de vínculos do setor. Ao se considerar a proporção de homens e mulheres nos vínculos inativos em 31 de dezembro, percebe-se uma pequena desvantagem feminina, já que as mulheres registraram participação entre os desligados pouco superior a sua participação no total de vínculos — cerca de 40% contra 35% respectivamente —, enquanto os trabalhadores do sexo masculino registraram participação em torno de 60% nos desligamentos do setor, inferior, portanto, a sua participação no total dos vínculos do setor.

A escolaridade dos indivíduos com vínculo na indústria de transformação ainda pode ser considerada baixa, ficando aquém do patamar tido como mínimo necessário, face à introdução de inovações tecnológicas e organizacionais, qual seja, o ensino fundamental completo, que corresponde a oito anos de estudo. Considerando-se a totalidade dos vínculos, observa-se que os trabalhadores

tinham, em média, 6,4 anos de estudo⁸, nível que não mostra significativa discrepância entre os que se mantiveram empregados e os que haviam sido desligados ao final do ano, ainda que os primeiros, que tinham em média 6,6 anos de estudo, apresentassem pequena vantagem em relação à escolaridade dos demais (5,9 anos de estudo). Tais resultados parecem indicar que a escolaridade não está sendo um quesito importante para influir sobre as chances de manutenção ou não do emprego na indústria de transformação.

A idade média dos trabalhadores com vínculo na indústria de transformação foi de cerca de 31 anos, tratando-se, portanto, de trabalhadores adultos. Também esse atributo parece não influir decisivamente sobre as chances de permanência no emprego. No setor industrial, a idade média dos trabalhadores que permanecem com vínculo ativo em 31 de dezembro é levemente superior à dos desligados — 31 anos para os primeiros e 30 anos para os demais.

O rendimento médio dos trabalhadores foi outro aspecto que não apresentou diferenças significativas entre os que se mantiveram empregados em 31 de dezembro e os que foram desligados.⁹ Para o conjunto de trabalhadores com vínculo formal na indústria de transformação em 1994, o rendimento médio foi de 4,26 salários mínimos, valor que ficou entre o rendimento médio dos que mantiveram o vínculo ao final do ano (4,37 salários mínimos) e o dos que foram desligados (3,94 salários mínimos).

Diferentemente dos aspectos até aqui abordados, o tempo médio de serviço parece ter sido uma variável importante para a manutenção do emprego. Enquanto o total de trabalhadores com vínculo no setor registrava, em média, cerca de 36 meses de serviço, aqueles que, ao final do ano, se mantiveram empregados tinham 41 meses de trabalho, e os que foram desligados tinham, em média, 21 meses de emprego. A grande diferença de tempo de serviço entre os que mantiveram o vínculo de trabalho e os que foram desligados — para os primeiros o tempo de serviço é quase o dobro do tempo dos outros — parece indicar que a experiência do trabalhador expressa pelo tempo de serviço é um atributo bastante valorizado e, de certo modo, definidor de sua permanência no mercado formal de trabalho. É possível supor, também, que seja devido ao seu maior tempo de serviço que os trabalhadores que permanecem empregados ao

⁸ O número médio de anos de estudo é o resultado da média ponderada, em que se considera o peso de cada faixa de escolaridade em que se distribuem os trabalhadores e o número médio de anos de estudo correspondente a cada uma dessas faixas.

⁹ Para os trabalhadores que finalizaram o ano em atividade, a remuneração média é a média das remunerações do ano. Já para aqueles que, ao final do ano, não se encontravam mais em atividade, a remuneração média corresponde à média dos rendimentos do período trabalhado.

final do ano tenham rendimento cerca de 11% superior ao dos que foram desligados, conforme visto anteriormente. A maior remuneração dos que permanecem empregados parece expressar uma valorização de sua maior experiência, ainda que, marginalmente, os demais atributos (sexo, escolaridade, faixa etária) possam ter alguma influência sobre o rendimento médio.

Feitas essas rápidas considerações, passa-se, nas seções seguintes, a abordar a trajetória dos trabalhadores que, ao final do ano de 1994, permaneceram empregados e a dos que foram desligados, considerando-se o seu perfil e possíveis migrações intersetoriais.

2 - Trajetória dos trabalhadores em atividade na indústria de transformação, em 31.12.94

Conforme destacado na seção anterior, cerca de 514 mil trabalhadores, isto é, em torno de 74% daqueles que em algum momento de 1994 tiveram vínculo formal de trabalho na indústria de transformação, mantinham-se empregados ao final do ano. Destes, apenas 43,55%, ou seja, pouco menos de 225 mil trabalhadores mantiveram-se empregados durante todo o período analisado.¹⁰

Considerando-se o destino desses trabalhadores que se mantiveram formalmente empregados todo o período, constata-se que, em 1998, cerca de 88% deles (197 mil) estavam alocados na indústria de transformação, 5,64% estavam no setor serviços e 3,74% no comércio, enquanto parcelas bem menos expressivas — inferiores a 1% — foram absorvidas nos demais setores de atividade. Registra-se, portanto, uma forte tendência à permanência dos trabalhadores em seu setor de origem¹¹ (Tabela 2).

¹⁰ Considera-se, para efeitos desta análise, que os trabalhadores que se mantiveram empregados todo o período foram aqueles que, ao final de cada ano estudado, estavam em atividade, independentemente de eventuais demissões e readmissões que possam ter ocorrido ao longo de cada um dos anos.

¹¹ Para fins desta análise, considerou-se apenas o setor em que o trabalhador estava alocado em 1998, não importando eventuais passagens por outros setores ao longo do período estudado. Ainda assim, vale destacar que, ao final de cada ano, a maior parte dos trabalhadores com vínculo na indústria de transformação em 1994, que se encontravam empregados, permaneceram nesse mesmo setor.

Tabela 2

Setor de destino dos trabalhadores com vínculo ativo em 31.12.94
na indústria de transformação do RS que permaneceram
empregados até 1998

SETOR DE DESTINO EM 1998	NÚMERO	%
Extrativa mineral	177	0,08
Indústria de transformação	197 110	88,11
Serviços industriais de utilidade pública	209	0,09
Construção civil	1 772	0,79
Comércio	8 365	3,74
Serviços	12 610	5,64
Administração pública	1 918	0,86
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	1 457	0,65
Outros/ignorado	79	0,04
TOTAL	223 697	100,00

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RAIS MIGRA Rio Grande do Sul (1994-98). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego.

Ao se comparar o perfil dos trabalhadores que estavam em atividade na indústria de transformação ao final de 1994 e se mantiveram empregados todo o período, independentemente do setor em que se encontrassem, com o daqueles que, embora também estivessem empregados na indústria de transformação em 31.12.94, foram demitidos em algum momento do período 1995-98, chegando, ao final de 1998, fora do mercado formal de trabalho, alguns pontos podem ser destacados (Tabela 3).

O tempo médio de serviço é o atributo que se apresenta com maior diferencial entre os dois grupos: os que permaneceram empregados durante todo o período tinham, em média, em 1994, cerca de 50 meses de trabalho, enquanto os demais tinham, no mesmo ano, cerca de 35 meses de emprego.

Tabela 3

Características dos trabalhadores com vínculo formal na indústria de transformação do RS em 1994

CARACTERÍSTICAS	TRABALHADORES COM VÍNCULO DURANTE TODO O PERÍODO 1994-98	TRABALHADORES QUE PERDERAM O VÍNCULO NO PERÍODO 1995-98
Número	223 697	289 971
Participação percentual de homens	69,92	64,39
Participação percentual de mulheres	30,08	35,61
Número médio de anos de estudo	6,84	6,35
Idade média (anos)	31,31	30,96
Tempo médio de serviço (meses)	49,52	34,67
Remuneração média anual (número de salários mínimos)	5,02	3,86

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RAIS MIGRA Rio Grande do Sul (1994-98). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego.

Ao que parece, o tempo médio de serviço, que pode ser tomado como uma medida da experiência do trabalhador, influi positivamente sobre as chances de permanência no mercado formal. Trabalhadores com maior tempo de serviço, possivelmente, passaram por processo de treinamento para capacitá-los ao desempenho de novas funções, compatíveis com a introdução de inovações tecnológicas e organizacionais que vêm se processando no setor industrial. Para as empresas, manter esses trabalhadores representaria uma forma de não desperdiçar os investimentos feitos na sua qualificação.

A remuneração média, em 1994, dos trabalhadores que se mantiveram empregados até o final do período foi superior à daqueles que estavam em atividade em 31.12.94, mas deixaram de ter vínculo ao longo do período estudado. Para os primeiros, a remuneração média em 1994 foi de 5,02 salários mínimos, enquanto para os outros foi de 4,37 salários mínimos, marcando um diferencial entre eles da ordem de 15%. Possivelmente, a diferença entre as remunerações médias esteja associada ao maior tempo de serviço dos primeiros e expresse uma valorização de sua experiência.

Entre os trabalhadores que se mantêm em atividade todo o período, persiste o predomínio masculino — 70% são homens e 30% são mulheres, representando, respectivamente, cerca de 46% dos homens e 40% das mulheres que estavam em atividade na indústria de transformação, ao final de 1994. Como pode ser visto, há uma pequena vantagem masculina na manutenção do emprego, já que, relativamente aos trabalhadores com vínculo ativo em dezembro de 1994, a proporção de homens que chegaram ao ano de 1998 empregados é maior do que a registrada para o total de trabalhadores (43,5%).

A escolaridade dos trabalhadores que permaneceram empregados todo o período também não mostrou diferenças significativas em relação àqueles que perderam o vínculo durante o período estudado. Os primeiros tinham, em média, 6,8 anos de estudo; e os outros, 6,3 anos de estudo, em média. Nos dois casos, o número de anos de estudo mostrava que, em média, a escolaridade dos trabalhadores era inferior ao ensino fundamental completo. Além disso, a proximidade entre o número médio de anos de estudo entre os dois grupos parece indicar que a escolaridade não deve ter papel decisivo na chance de manutenção do emprego.

Finalmente, a idade média dos trabalhadores que se mantiveram no mercado formal durante todo o período analisado não mostrou diferença em relação aos que, tendo vínculo em 1994, deixaram o mercado formal — cerca de 31 anos nos dois casos.

3 - Trajetória dos desligados da indústria de transformação em 1994

Ao final de 1994, cerca de 179 mil trabalhadores haviam sido desligados da indústria de transformação do RS. Desses trabalhadores, cerca de 54 mil, isto é, aproximadamente 30% dos desligados do setor não voltaram a ter vínculo formal de trabalho.¹² A respeito do destino profissional desses trabalhadores nada se pode afirmar, já que a base de dados utilizada contempla apenas os vínculos formais de trabalho. É impossível saber se os mesmos se encontram desempregados, ou exercendo alguma atividade informal, ou por conta própria, ou, ainda, se passaram à inatividade. Mesmo assim, pode-se supor que estejam em situação pior do que aqueles que voltaram ao mercado formal, uma vez

¹² A indústria de transformação é o setor que detém a maior parcela de trabalhadores desligados que não voltaram, até 1998, ao mercado formal de trabalho, correspondendo a cerca de 33% do total de desligados do RS que não voltaram a ter vínculo formal (Sternberg, 2001).

que as ocupações formais são as que se caracterizam como sendo as de melhor qualidade, tanto em relação aos rendimentos como pela proteção legal que representam.

Os demais 125 mil trabalhadores que foram desligados da indústria de transformação em 1994, o que corresponde a cerca de 70% dos desligados do setor daquele ano, voltaram ao mercado formal de trabalho, em algum momento do período 1995-98.¹³ A maior parte deles, 90 mil trabalhadores, que representam algo em torno de 72% dos desligados que retornaram, o fizeram no primeiro ano após o desligamento, observando-se que, à medida que decorre o tempo desde o desligamento, cai significativamente o número de trabalhadores que volta, a cada ano, a ter novo vínculo formal (Tabela 4). Os dados apresentados na Tabela 4 permitem observar que, quanto maior for o tempo de desemprego, menor será a chance de retorno ao mercado formal. Tal comportamento pode ser decorrente, por um lado, de uma certa desatualização e perda de habilidade que o trabalhador apresentaria ao ficar afastado por um tempo razoavelmente longo de sua função original. Por outro lado, é preciso considerar, também, que, persistindo a situação de desemprego, o trabalhador pode sentir-se desestimulado a buscar um novo emprego formal (Caruso, Pero, 1997).

A maior parte dos desligados que volta ao mercado formal retorna ao seu setor de origem, a indústria de transformação, que, ao final do período, havia reabsorvido pouco menos de 80 mil dos seus desligados, o que corresponde a cerca de 64% dos readmitidos. Em menor proporção, também os setores serviços, comércio e construção civil absorvem parte dos desligados do setor industrial, respondendo por, aproximadamente, 14%, 11% e 6% dos readmitidos ao longo do período 1995-98 respectivamente. Analisando-se, contudo, o volume de readmissões por setores em cada um dos anos estudados, percebe-se que a indústria diminui gradativamente a sua participação, enquanto os demais setores assumem maior importância. O percentual de readmitidos da indústria de transformação, que no início do período era de 67,43%, passou a 43,49% em 1998, enquanto a participação dos demais setores em relação às readmissões no mesmo período passou de 12,32% para 23,70% no setor serviços; 10,36% para 15,50% no comércio; e 4,83% para 10,38% na construção civil. O significativo fechamento de postos de trabalho ocorrido no setor industrial durante a década

¹³ Para efeitos desta análise, considera-se apenas o primeiro vínculo formal de trabalho após o desligamento. Saliencia-se, contudo, que a volta ao mercado formal não significa a manutenção do vínculo até o final do período analisado. Entretanto não é propósito deste estudo analisar a trajetória profissional dos que voltaram a ter vínculo formal, mas apenas identificar os desligados que, em algum momento, voltaram a ter vínculo formal e os que não retornaram mais ao mercado formal, após o seu desligamento, em 1994.

de 90 certamente contribuiu para a diminuição da oportunidade de reabsorção de seus desligados, que buscam nos outros setores uma alternativa para a volta ao mercado de trabalho em empregos de melhor qualidade. Nesse sentido, as atividades do Setor Terciário, especialmente do setor serviços, passam a ser uma boa oportunidade de retorno ao mercado formal para os desligados da indústria (Gráfico 1).

Tabela 4

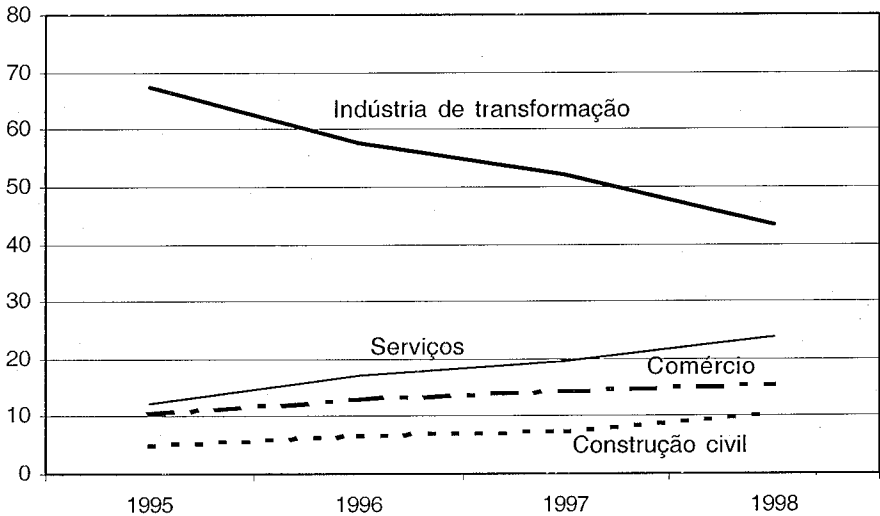
Número de trabalhadores desligados da indústria de transformação do RS em 1994 que retornaram ao mercado formal de trabalho, de acordo com o setor de destino — 1995-98

SETOR DE DESTINO	1995	1996	1997	1998	TOTAL
Extrativa mineral	129	26	22	9	186
Indústria de transformação	60 982	10 584	5 630	2 509	79 705
Serviços industriais de utilidade pública	208	52	23	15	298
Construção civil	4 370	1 228	793	599	6 990
Comércio	9 367	2 382	1 535	894	14 178
Serviços	11 141	3 144	2 114	1 367	17 766
Administração pública	1 366	322	308	158	2 154
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	2 159	515	357	215	3 246
Outros/ignorado	722	55	8	3	788
TOTAL	90 444	18 308	10 790	5 769	125 311

FONTE DOS DADOS BRUTOS: RAIS MIGRA Rio Grande do Sul (1994-98). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego.

Gráfico 1

Percentual de trabalhadores desligados da indústria de transformação do RS em 1994 admitidos na indústria de transformação, em serviços, no comércio e na construção civil — 1995-98



FONTE DOS DADOS BRUTOS: RAIS MIGRA Rio Grande do Sul (1994-98).
Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego.

Avançando-se um pouco mais no conhecimento desses trabalhadores que voltaram ao mercado formal e analisando-se as suas características comparativamente aos desligados que não lograram uma nova inserção formal, percebe-se a existência de algumas diferenças importantes entre esses dois grupos de desligados (Tabela 5).

Verifica-se que as mulheres tiveram maior dificuldade de retorno ao mercado formal do que os homens, o que pode ser visto pela comparação entre a proporção de homens e mulheres desligados que voltaram a ter vínculo formal. Cerca de 74% dos homens desligados (79 mil trabalhadores) e 64% das mulheres na mesma situação (46 mil trabalhadoras) conseguiram, até o final do período, um novo vínculo formal, o que fez com que a participação de cada um deles entre os retornados da indústria de transformação fosse, respectivamente, 63% e 37%.

Tabela 5

Características dos desligados da indústria de transformação do RS em 1994

CARACTERÍSTICAS	DESLIGADOS QUE VOLTARAM AO MERCADO FORMAL	DESLIGADOS QUE NÃO VOLTARAM AO MERCADO FORMAL
Número	125 311	54 053
Percentual de homens	63,08	51,60
Percentual de mulheres	36,92	48,40
Número médio de anos de estudo	5,87	5,85
Idade média	28,78	32,20
Tempo médio de serviço (meses)	18,58	26,05
Remuneração média (número de salários mínimos)	3,73	4,43

FORNTE DOS DADOS BRUTOS: RAIS MIGRA Rio Grande do Sul (1994-98). Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego.

A idade média do trabalhador foi outro atributo que apresentou diferença entre os dois grupos considerados, indicando que, possivelmente, os mais velhos tenham maior dificuldade de retorno ao mercado formal. A idade média dos desligados que voltaram ao mercado formal (cerca de 29 anos) foi inferior à daqueles que não retornaram (em torno de 32 anos), marcando, portanto, uma diferença de cerca de três anos.

Também o tempo médio de serviço anterior ao desligamento parece ter influência sobre a possibilidade de obtenção de um novo vínculo formal. Aqui, contrariamente ao que se viu no item anterior, o tempo de serviço influi negativamente sobre a trajetória do trabalhador: os que se reempregam têm menor tempo de serviço anterior ao desligamento que os demais — cerca de 18,6 meses, contra 26 meses para os que não obtiveram novo vínculo formal após seu desligamento.

A maior dificuldade de retorno dos mais velhos e daqueles trabalhadores com mais tempo de serviço pode estar relacionada à maior experiência desses trabalhadores, que poderia torná-los quase que “especialistas” em uma determi-

nada função (Cardoso, 1998). Desse modo, a sua adaptação para o desempenho de atividades diferentes das anteriores seria mais difícil, o que obstaculizaria sua reinserção no mercado formal. É preciso lembrar que a introdução de inovações tecnológicas e organizacionais, além de exigir o contínuo treinamento dos trabalhadores, coloca a capacidade de adaptação a novas funções como um item importante do perfil do trabalhador.

Ao se comparar a remuneração média dos dois grupos de desligados, constata-se que os que não retornaram ao mercado formal tinham, em 1994, remuneração média superior à dos demais, atingindo uma diferença da ordem de 20% — 4,43 salários mínimos e 3,73 salários mínimos respectivamente. Pode-se supor que o maior rendimento dos que não voltam ao mercado formal esteja associado a sua maior experiência.

Finalmente, ao se tratar da escolaridade dos trabalhadores, expressa através do número de anos médios de estudo, constata-se que ela foi praticamente a mesma nos dois grupos, não influenciando, portanto, sobre as chances de obtenção de novo vínculo formal. Os que retornaram ao mercado formal, após o desligamento, tinham, em média, em 1994, 5,87 anos de estudo, enquanto os excluídos do segmento formal tinham, naquele mesmo ano, 5,81 anos de estudo, em média.

4 - Considerações finais

Os dados apresentados demonstram que, para os trabalhadores da indústria de transformação, setor marcado por forte retração do emprego, a permanência no mercado formal de trabalho está sendo crescentemente dificultada. Do total de trabalhadores que estava em atividade em 31.12.94, apenas 43% atravessaram o período 1995-98 empregados e, daqueles que haviam sido desligados em 1994, cerca de 30% não voltaram mais ao mercado formal. Tanto para os que permaneceram empregados como para os que retornaram após o desligamento, verifica-se que, ao final do período analisado, a maior parte deles estava alocada na indústria de transformação, o que pode ser indicativo de uma tendência à preservação da experiência previamente adquirida.

Ao se considerarem as trajetórias ocupacionais do conjunto de trabalhadores com vínculo na indústria de transformação do RS em 1994, dois pontos chamam especial atenção: a pouca influência da escolaridade do trabalhador e o importante papel que o tempo de serviço desempenha na definição de seu futuro no mercado formal.

O primeiro aspecto causa certa estranheza, na medida em que, em um ambiente de reestruturação produtiva, em que a qualificação do trabalhador é cada vez mais exigida, se supunha que a escolaridade fosse um atributo, de

certa forma, definidor das chances de permanência e de retorno ao mercado formal de trabalho. Ao contrário do esperado, encontraram-se trabalhadores escassamente escolarizados e com níveis de escolaridade muito próximos em todos os grupos analisados, o que parece indicar que a baixa escolaridade não vem sendo um empecilho à manutenção do vínculo ou ao retorno ao mercado formal em caso de desligamento.

Duas hipóteses podem ser lançadas na tentativa de explicar os dados. Primeiramente, deve-se considerar que as exigências de escolaridade se fazem sentir de maneira mais intensa naqueles segmentos produtivos mais ritmados com o processo de reestruturação produtiva. Assim, entende-se que os resultados apresentados fornecem uma medida do comportamento médio do setor; é possível que a pouca diferença no número médio de anos de estudo dos diversos grupos de trabalhadores analisados esteja ocultando o caráter desigual da mudança ocorrida nos vários segmentos que compõem a indústria de transformação gaúcha.

A outra hipótese a ser considerada é a de que a escolaridade não seja, ao menos na intensidade que se pensava, uma boa medida para expressar a qualificação que vem sendo requerida dos trabalhadores. A qualificação exigida parece estar associada à experiência, já que é esse atributo, expresso através do tempo de serviço, que influi na trajetória ocupacional dos trabalhadores. Assim, pode-se supor que a exigência de maiores níveis de qualificação da força de trabalho esteja associada muito mais à experiência prévia do trabalhador do que ao seu nível de escolaridade.

Entretanto é preciso destacar que o tempo de serviço, tomado como uma medida da experiência dos trabalhadores, atua de maneira distinta e, até certo ponto, contraditória para aqueles que se mantêm empregados e para os que, tendo sido desligados, buscam uma nova inserção em empregos de melhor qualidade. A análise empreendida parece indicar que, se, para os primeiros, a maior experiência dificulta a demissão, para os demais funciona como um empecilho ao retorno a um novo posto formal.

No primeiro caso, possivelmente, encontram-se aqueles trabalhadores que, em função de seu passado na empresa e de seu próprio engajamento com o processo de mudança, estão sendo requalificados no próprio local de trabalho para atuar dentro das novas formas de gestão da produção. As empresas preferem, então, manter esses trabalhadores como forma de não desperdiçar o investimento realizado no seu treinamento.

No caso daqueles que foram desligados, a maior experiência pode identificá-los com funções desempenhadas anteriormente, dificultando sua adaptação a um novo posto de trabalho, diminuindo, assim, as chances de retorno ao mercado formal. Além disso, é possível também que os mais experientes estejam encontrando dificuldade de reinserção em função de sua idade mais avançada,

que, conforme destacado na análise, também tem efeito negativo sobre a chance de retorno.

Por fim, é preciso alertar que as conclusões aqui apresentadas se referem à totalidade do setor industrial do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, é preciso certa cautela na avaliação dos resultados apresentados. Entende-se que, para que se possa ter dados mais conclusivos a respeito da influência dos atributos dos trabalhadores em suas trajetórias ocupacionais, é necessário que se aprofunde a análise aqui empreendida, enfocando, de modo detalhado, os vários segmentos que compõem a indústria de transformação.

Bibliografia

- BASTOS, Raul L. Assumpção (2000). Emprego e produtividade na indústria de transformação do Rio Grande do Sul: alguns aspectos dos anos 90. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 137-180.
- BASTOS, Raul L. Assumpção (2001). A força de trabalho industrial no Rio Grande do Sul nos Anos 90: contrastes entre os gêneros tradicionais e os gêneros dinâmicos. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 4, p. 200-227.
- CARDOSO, Adalberto M. (1998). Trabalhar, verbo intransitivo: trajetórias ocupacionais de trabalhadores da indústria automobilística. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 4, p. 701-750.
- CARDOSO, Adalberto M. (2000). Os deserdados da indústria: um estudo sobre seus riscos e seus ativos no mercado de trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 2, n. 4, p. 114-185.
- CARDOSO, Adalberto M. (2000). **Trabalhar, verbo intransitivo**: destinos profissionais dos deserdados da indústria automobilística. Rio de Janeiro, FGV.
- CARUSO, Luis Antônio, PERO, Valéria (1996). **Trajcetórias intersetoriais dos trabalhadores desligados da indústria**. Rio de Janeiro, SENAI/DN/CIET.
- CARUSO, Luis Antônio C., PERO, Valéria (1997). Empregabilidade e reconversão profissional trabalhadores desligados da indústria. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação SEADE, v. 11, n. 1, p. 70-81.
- CASTRO, Nadya Araújo (1998). **Mercado de trabalho industrial, seletividade e qualificação**: contribuição das análises longitudinais (mimeo).
- CASTRO, Nadya A., CARDOSO, Adalberto M. e CARUSO, Luis Antônio C. (1997). Trajetórias ocupacionais, desemprego e empregabilidade: há algo

de novo nas agendas dos estudos sociais do trabalho no Brasil? **Contemporaneidade e Educação**, Rio de Janeiro, ano II, n. 1, p. 7-23.

DE TONI, Miriam, XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. (1997). **Emprego**. Porto Alegre: SCP: FEE: METROPLAN. Projeto 2010.

STERNBERG, Sheila S. Wagner, JORNADA, Maria Isabel H., XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. (2000). O emprego formal no RS, nos anos 90: diferenciais na retração. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 27, n. 4, p. 209-248.

STERNBERG, Sheila S. Wagner (2001). A RAIS MIGRA como instrumento de análise do mercado de trabalho: um exercício a partir dos dados do Rio Grande do Sul. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 4, p. 183-199.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F. et all (2000). Mercado de trabalho no Rio Grande do Sul nos anos 90. In: FLIGENSPAN, Flávio B. (org) *Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90*. Porto Alegre, FEE.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme G. de F., STERNBERG, Sheila S. Wagner e JORNADA, Maria Isabel H. (2000). Escolaridade do trabalhador formal no RS: evolução em um quadro de diversidades regionais. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 28, n. 3.